

Ata da 4ª (quarta) Reunião Extraordinária do Comitê Gestor do Garantia Safra, Secretaria de Agricultura Familiar, realizada no dia 11 de novembro de 2003.

1 Aos 11 (onze) dias do mês de novembro do ano de 2003 (dois mil e três) na sede
2 do Ministério do Desenvolvimento Agrário, sito no SBN Ed. Palácio do
3 Desenvolvimento, na cidade de Brasília, Distrito Federal, realizou-se a 4ª (quarta)
4 Reunião Extraordinária do Comitê Gestor do Garantia Safra, sob a presidência
5 de Aloísio Lopes Pereira de Melo, Presidente do Comitê Gestor do Garantia
6 Safra, Secretaria de Agricultura Familiar. Estiveram presentes Srª Maria Luiza
7 Falcão Silva - representante da EMBRAPA; Sr. ~~Sérgio Adelmar de Miranda~~ Torres –
8 representante da Casa Civil; Antônio Carlos Pinho de Argôlo – representante do
9 Ministério da Fazenda (suplente); Sr. Luiz Otávio Tavares Pereira – representante
10 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (suplente); Sr. Sérgio Torres
11 Santos, representante do Ministério da Justiça; Sr. Ramon Flávio Gomes
12 Rodrigues, representante do Ministério da Integração Nacional; Sr. Jacksonvilliam
13 Nagorni – representante da Secretaria de Agricultura Familiar (suplente); Sr.
14 Telúrio Homem de Siqueira Cavalcanti – representante da ADENE; Sr. Abdon
15 representante do Estado da Bahia; Sr. Jackson – representante do Sr. Sérgio
16 Santana de Menezes, representante do Estado de Sergipe; Sr. Márcio Hertz
17 representante do Estado de Pernambuco; Sr. Matias Ribeiro Cabral –
18 representante do Estado do Piauí; Sr. José Klinger Soares Teixeira – representante
19 do Estado de Alagoas; Sr. Antonio Ronaldo de Alencar Fernandes –
20 representante do Estado do Rio Grande do Norte (suplente); Sr. Antonio Carlos
21 Ferreira de Melo – representante do Estado da Paraíba (suplente); Sr. Carlos
22 Matos Lima – representante do Estado do Ceará; Sr. José da Silva Soares –
23 representante do Estado de Minas Gerais; e Sr. Natal Ribeiro Maciel –
24 representante da CONTAG (suplente). Participaram também o Sr. Márcio Watts,
25 da Secretaria de Produção Rural do Estado de Pernambuco; o Sr. Abdon Jordão,
26 da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia; e,
27 Srª Luciana Dinah Ribeiro, Fábio Alves, Joana D'Arc Uchôa e Helbert Danilo
28 Freitas de Sá, da equipe – do Garantia Safra; Sr. Telúrio Homem de Siqueira
29 Cavalcante – representante da ADENE
30 Iniciada a reunião, usou da palavra o
31 Presidente, citando o motivo central da convocação da reunião, sendo este o
32 compromisso levantado na reunião anterior, da definição do ajuste
33 orçamentário por parte do Ministério, para garantir o atendimento da meta de
34 550 mil famílias pelo Garantia Safra para o ano de 2004, a partir do que deveria
35 ser feita fazendo-se a redistribuição de cotas e, posteriormente, a
36 implementação e ajuste de calendário. Foi feita a leitura da ata da reunião
37 anterior e, ~~Aq~~ após, o Sr. Aloísio passou a palavra para os demais presentes.
38 Manifestou-se a Srª Maria Luiza, ~~atentando~~ atentando, para que fosse feita uma
39 revisão no texto da ata. Manifestou-se o Sr. Torres a respeito da assinatura da ata
40 da 2ª reunião do Comitê Gestor, ocorrida nos dias 09 e 10 de Dezembro de 2002,
41 o que foi esclarecido pelo Sr. Aloísio que a ata estaria circulando para a
42 assinatura de todos os que estiveram presentes naquela reunião, sendo, em
43 seguida sugerido pelo manifestante que houvesse um esforço da ~~s~~Secretaria
44 ~~e~~ Executiva do Comitê para localizar os representantes presentes naquela
reunião para que estes assinassem a ata, sem que ela circulasse na reunião

45 vigente. Manifestou-se Sr. Abdon no sentido de que não ficou expresso na ata
46 lida, o fato de que ele informou a respeito da adesão feita pelo Estado da Bahia,
47 tendo sido entregue documentos referente a adesão na ~~S~~Secretaria do
48 Ministério. Manifestou-se o Sr. Luiz Otávio quanto à escrita por extenso dos nomes
49 dos Ministérios, em ata. Feitas tais observações, ~~Sr. Aloisio consideroufoi~~ aprovada
50 a ata. Em seguida, o Sr. Aloísio-e fez um rápido balanço da situação do Benefício
51 Garantia Safra, lendo informativo apresentado na última reunião. Foi levantada
52 uma breve discussão em torno do assunto e o Sr. ~~Jackson-Sérgio Menezes~~
53 esclareceu que o município do Monte Alegre de Sergipe era o que tinha
54 pendência quanto à contribuição para o Fundo e que o governo do Estado iria
55 assumir o compromisso de efetuar o pagamento. Sr. Aloísio fez o registro e o
56 compromisso de incluir o município na folha de pagamento, desde que
57 regularizada a situação-em estado de emergência. Manifestou-se o Sr. Márcio
58 ~~Hertz-Watts~~ registrando sua indignação quanto à questão da situação de
59 emergência em que dees agricultores que, tendo contribuído, ficassem ficariam
60 impedidos de receber por motivos burocráticos, relacionados ao
61 reconhecimento das decretações de situação de emergência ou estado de
62 calamidade pública. O Sr. Aloísio explicou que essa questão deveria ser tratada
63 diretamente com a Secretaria de Defesa Civil do Ministério da Integração
64 Nacional, responsável pelo reconhecimento,—e complementou que há uma
65 consciência de que alguns procedimentos deverão ser modificados com base
66 na experiência do primeiro ano de implementação do Fundo. Manifestou-se o Sr.
67 Matias, trazendo uma dúvida junto ao grupo sobre a questão operacional, que
68 atrasa os recursos do aporte estadual, tendo isso ocorrido no Estado do Piauí.;
69 Questionou, também, sobre a possibilidade de serem pagas duas parcelas no
70 mês de dezembro, compensando a parcela de novembro que não ~~saiufoi~~
71 depositada pelo Estado. Manifestou-se o Sr. Márcio ~~Hertz-Watts~~ lembrando que
72 todos os Estados devem procurar os gerentes da Caixa Econômica no sentido de
73 que as informações sejam atualizadas e o controle tenha maior agilidade no que
74 tange a retirada de cartões e saques. Foi feita a leitura da Resolução em que se
75 propõem alguns ajustes no calendário de implementação. Manifestou-se o Sr.
76 Antonio Ronaldo, discutindo a respeito do conteúdo do texto da Resolução, em
77 particular a situação do Rio Grande do Norte, onde há duas regiões e isso não
78 foi abordado. Levantado esse assunto, acertou-se a proposta de calendário
79 para essa região. A Sr^a Luciana fez os registros de propostas de calendário para
80 as regiões e foi levantada a questão elimática da classificação dos municípios
81 como integrantes ou não do semi-áridode certas regiões, assunto este que
82 poderia ser redefinido pela ADENE. Manifestou-se o Sr. Telúrio a respeito deessa
83 questão do semi-árido que feihavia sido definido-definida pela SUDENE, em
84 função do FNE e e que havia perspectiva de revisão a partir da recomposição
85 da ADENE, com a nova administração,—com pareceres sobre o assunto
86 encaminhados ao Ministério da Integração. Com prometeu-se a mandar cópias
87 para os presentes. Sr. Aloísio retomou a discussão sobre o calendário. Sr. Klinger
88 manifestou-se defendendo o término das adesões para Alagoas em 15 de abril.
89 Manifestou-se Sr. Torres quanto ao critério de uniformidade das datas de
90 adesões, com entrada de 15 dias do início do plantio para todas as regiões.
91 Foram feitas considerações a respeito do assunto, quanto à diferença entre os
92 estadosEstados. Manifestou-se Sr. Abdon esclarecendo a posição do Nordeste

93 quanto a traços culturais na rotina de plantio. Manifestou-se o Sr. Ronaldo
94 defendendo o término das adesões em 15 de abril e início de plantio em 15 de
95 abril no Estado do Rio Grande do Norte. Manifestou-se Sr. Matias defendendo
96 que fosse estendido até o dia 15 de janeiro o final das adesões no Estado do
97 Piauí. Argumentou Sr. Márcio Hertz-Watts que, devido às chuvas, a data para a 1ª
98 região de Pernambuco deveria ser 25 de janeiro e propôs que o Ceomitê fizesse
99 uma síntese, Estado por Estado. A Srª Luciana apresentou uma síntese com as
100 datas das regiões, uma a uma. e convocou Foi encaminhada a uma votação
101 quanto à concordância ou não com as alterações do calendário. Houve
102 unanimidade, sem ~~o resultado:~~ nenhuma abstenção e; assim, foi considerada
103 aprovada a rResolução que altera o anexo 1 o Calendário de Implementação
104 do Garantia Safra 2003/2004. ; Quanto ao Estado da Bahia, esclareceu-se que
105 aquele calendário se referia a apenas uma região, Especificou o caso da Bahia,
106 ou seja, não se falou em região e sim em período, pois foi visto na reunião
107 anterior que havia uma região que não estava sendo contemplada, em função
108 dos prazos. Manifestou-se o rRepresentante da Integração Nacional, quanto à
109 definição das regiões 1 e 2 do Rio Grande do Norte. O Sr. Aloísio Melo esclareceu
110 que a minuta de Resolução seria enviada aos conselheiros, como de praxe, para
111 que estes fizessem a revisão. questionando a falta de clareza no que se refere à
112 discriminação do Rio Grande do Norte, quanto às regiões 1 e 2 e a possibilidade
113 de se fazer um acréscimo linear a todos para que não haja prejuízo de nenhum
114 Estado, no que foi orientado pelo Sr. Aloísio Melo, sobre o primeiro assunto,
115 esclarecendo que será enviado aos conselheiros, já com a discriminação em
116 questão, para que seja feita a revisão e quanto ao segundo assunto, declarou
117 desconhecer a possibilidade. A Srª Luciana esclareceu que com exceção da
118 Paraíba, todos os outros estados foram contemplados com mais 15 e questionou
119 o interesse da Paraíba de que se estendesse, também, para esse Estado. Após
120 um intervalo para o café, o Sr. Aloísio Melo deu continuidade à reunião,
121 retomando o que foi falado compromisso estabelecido na reunião anterior, onde
122 ede que o Ministério do Desenvolvimento Agrário estava trabalhando com uma
123 previsão de atender a 550 mil famílias na safra 2003/2004 e, por falha na
124 interpretação no encaminhamento da proposta orçamentária setorial para 2004,
125 houve uma redução de R\$ 300 milhões dos recursos previstos. Após vários
126 contatos, o Ministério procedeu de forma a se estabelecer um compromisso
127 diantee encaminhar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o Aviso
128 Ministerial nº 189, um aviso ministerial junto ao Ministério do Planejamento no
129 sentido de que fosse ampliada solicitando ajustes a serem efetuados na dotação
130 orçamentária deste Ministério em 2004, objetivando garantir a implementação
131 da Ação Garantia Safra na safra 2003/2004, de forma a dar amparo as às 550
132 mil famílias, inclusive mediante remanejamento de dotações de outras ações. Fei
133 feito, então, Aviso Ministerial nº 189; Continuou especificando Estado a Estado,
134 com suas respectivas datas de aportes e conclui entendendo que Avaliou-se que
135 o valor previsto no Projeto de Lei Orçamentária 2004, de vinte e oito milhões e
136 quinhentos mil reais, R\$ 28 milhões e 500 seria suficiente para fazer frente aos
137 aportes da União durante o 1º semestre de 2004. e a partir de junho ou julho
138 estaria disponível a nova com a disponibilidade da nova dotação orçamentária,
139 de forma que seriam garantidas as demais parcelas da União. e Fundo. O Sr.
140 Aloisio passou ende a palavra ao Sr. Fábio, que leu a minuta de Resolução nº 3

141 ~~de 22 de outubro de 2003, que trata da referente à complementação das cotas~~
142 ~~estaduais, necessidade de complementação orçamentária para distribuição de~~
143 ~~cotas estaduais e~~ especificando os valores, Estado a Estado. Em seguida, o Sr.
144 ~~Aloísio solicitou a manifestação de cada representante estadual e pediu a~~
145 ~~aprovação de cada representante~~ O representante do Estado do Ceará
146 manifestou-se propondo ao Comitê uma avaliação sobre a disponibilidade de
147 cotas para o Estado, menor que a da safra anterior. Informou do esforço que
148 estava sendo feito para que os municípios regularizassem sua situação de
149 inadimplência, que motivou a redução das cotas, e solicitou uma ampliação
150 destas, questão ocorrida no Ceará, onde houve uma enorme dificuldade em se
151 cumprir os compromissos e ao fato de serem, os agricultores e municípios,
152 penalizados por essas falhas. O Sr. Aloísio repetiu algumas palavras do Ministro de
153 Desenvolvimento Agrário, ~~— Miguel Rosseto, quando diz que o Ministério~~
154 ~~tentará que orientou para — que se garantisse~~ a todos os Estados que já
155 participaram, no mínimo, o mesmo nível de atendimento da safra anterior. Em
156 seguida, o Sr. Aloísio levantou a possibilidade de remanejamento das cotas entre
157 os ~~e Estados, deixando claro que o seu pensamento a esse respeito é o de que~~
158 ~~considera complicada essa situação~~ Manifestou-se o ~~R~~representante do
159 Ministério da Justiça levantando uma dúvida ~~na questão de quanto à~~ dotação
160 ~~suficiente orçamentária~~ e o risco do Fundo assumir se compromissos excessivos
161 para ete no decorrer do ano de 2004. Sr. Aloísio manifestou-se sobre o assunto,
162 ~~conjeturando considerando~~ que o Comitê tem o amparo do Ministério do
163 Planejamento para a suplementação necessária, mas, 100% de segurança só
164 teria que só seria efetivado mediante a alteração da Lei Orçamentária, já no
165 exercício 2004. — que, no momento, tramita no Congresso. — Manifestou-se o Sr.
166 Argôlo, argumentando que o Ministério da Fazenda não teria participação direta
167 ~~no assunto supracitado nessa suplementação, ao que foi esclarecido pelo~~ Sr.
168 Aloísio ~~Melo esclareceu que houve consulta anterior a esse que contatos foram~~
169 ~~feitos com o Ministério da Fazenda~~ para ajudar a equacionar a questão. O Sr.
170 Luiz Otávio (representante do MP), informou que o Aviso 189/2003/GM/MDA, de
171 30 de outubro de 2003, endereçado ao Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento
172 e Gestão, foi encaminhado para a Secretaria de Orçamento Federal para
173 conhecimento. Sobre o assunto foi esclarecido que, se a lei orçamentária anual
174 para o ano de 2004 for aprovada com as autorizações constantes do projeto de
175 lei orçamentário, o ajuste solicitado pelo MDA será objeto de um projeto de lei
176 de crédito suplementar a ser encaminhando ao Congresso Nacional, pois, pelo
177 valor envolvido, ultrapassará as autorizações normalmente expressas na dita lei.
178 Reforçou ainda que deverão ser tomadas as devidas providências logo que a lei
179 for aprovada, isto é, que se apresente os devidos recursos compensatórios,
180 conforme consta do Aviso 189, encaminhando a solicitação de crédito ao
181 MP/SOF para as providências necessárias ao envio do referido projeto de lei,
182 para que o Congresso Nacional o aprecie e aprove com a maior brevidade
183 possível para não prejudicar o andamento dos trabalhos desenvolvidos com
184 base na ação do Garantia Safra. Solicitou, também, que cada Estado
185 apresentasse sua posição em relação ao orçamento quanto ao compromisso de
186 alocar a contra-partida necessária aos recursos Federais. ~~— o que foi reforçado~~
187 ~~pelo Sr. Aloísio que completou o assunto conjeturando a respeito da aprovação~~
188 ~~da Lei Complementar e que isso, a seu ver, só não ocorreria mediante mudança~~

189 ministerial. Sendo então necessária uma rediscussão sobre o assunto. Continuou
190 esclarecendo, em particular à Sr^a Maria Luiza que havia
191 questionado questionou sobre a previsão orçamentária dos Estados e o Sr. Aloísio
192 informou da a respeito, que é necessidade de que érioque cada Estado tenha
193 sua previsão orçamentária constando para os aportes correspondentes,
194 compromisso que consta do Termo de Adesão assinado por estes. Manifestou-se
195 o representante de Minas Gerais, questionando sobre que garantia teriam os
196 Estados de que receberão suas cotas conforme previsto em seus orçamentos, o
197 que foi assegurado, em seguida, pelo Sr. Aloísio por não se tratar de uma quantia
198 exorbitante a qual valores previstos dentro da proposta de suplementação
199 orçamentária, compromisso assumido pelo Ministro do MDA – conforme Aviso
200 189/2003. o governo não poderia assumir. Após, comentou sobre a situação de
201 Minas Gerais, dando continuidade a discussão sobre as cotas dos Estados.
202 Manifestou-se o Sr. Antonio Carlos, argumentando a respeito da punição
203 decidida Resolução relativa à inadimplência dos municípios, na última reunião,
204 citada anteriormente pelo Secretário do Ceará, sobre a qual se declarou a
205 favor, apesar de ter concordado que foi uma medida dura, considerando que
206 alguns municípios, mesmo tendo recursos, alegariam não ter, ficando então os
207 agricultores responsáveis por assumir, sozinhos, seus aportes. Concluiu que, no
208 caso d para a Paraíba, isso não interessaria, pois em reunião com os prefeitos, a
209 primeira coisa a ser que foi dita foi que quem realmente não cumprisse ficaria
210 fora do programa. Sr. Aloísio Melo complementou a fala do Sr. Antonio Carlos da
211 Paraíba, citando que o número de atendimento para aquele Estado seria de 68
212 mil e 700 famílias. Manifestou-se o Sr. Márcio Hertz Watts concordando com o
213 número de 60 sessenta mil cotas para Pernambuco e fez uma ressalva a respeito
214 da Resolução nº 4 de 22 de outubro, no seu artigo 1º, alegando que, se
215 cumprido àa risca, alguns municípios ficariam de fora do Garantia Safra.
216 Manifestou-se o Sr. Matias concordando com a cota de 32.411 para o Piauí.
217 Manifestou-se o Sr. Antonio Ronaldo comentando questões que foram
218 levantadas no interior a respeito da dificuldade financeira pela qual passa a
219 maioria dos municípios e da sugestão de alguns agricultores, no sentido deles
220 próprios pagarem o aporte equivalente a eles e aà parte do município, caso
221 este não tenha que não tiver recursos, ; a dúvida é se o agricultor poderia
222 participar do programa com essa atitude, o que foi esclarecido pelo O Sr. Aloísio
223 Melo alegando argumentou que isso iria contra a lógica do Garantia-Safra, de
224 co-responsabilidade entre os entes federados diante da estiagem. Argumentou
225 ainda da necessidade de haver se não houver o controle do município e de
226 estado, pode ocorrer um estouro no número limites quanto ao número de de
227 adesões por parte dos agricultores, tendo em vista a exigência de previsão
228 orçamentária da União, dos Estados e dos municípios, mesmo a União teria
229 condição de suportar o orçamento da Ação. Após, o Sr. Antonio Ronaldo
230 formalizou que o Rio Grande do Norte concordou com as 25.900 cotas
231 destinadas ao Estado. Manifestou-se o Sr. Jackson Sérgio Santana de Menezes,
232 citando novamente o caso de Monte Alegre e concluindo que a cota de 22.600
233 seria suficiente para o Estado de Sergipe. Manifestou-se o Sr. Abdon quanto ao
234 fato do Estado da Bahia não ter aderido ao programa no primeiro momento e
235 que, posteriormente, em contatos mantidos entre o Governo Federal e o
236 Governo da Bahia, houve uma negociação e a proposta orçamentária estaria

237 na Assembléia. O Sr. Aloísio ~~concluiu que a dotação do Estado da Bahia passou~~
238 ~~para 125 mil famílias, sendo talvez o único caso em que a resposta do estado foi~~
239 ~~de uma previsão abaixo do que seria uma meta proporcional ao Estado~~ informou
240 ~~que o limite de 125.000 cotas para a Bahia foi solicitado via ofício pelo próprio~~
241 ~~Estado~~. Manifestou-se o Sr. Klinger concordando com o número de cotas
242 estipuladas para o Estado de Alagoas e conjeturando a respeito da ~~proposta~~
243 ~~possibilidade~~ de redistribuição de cotas entre os ~~e~~ Estados em benefício do
244 Estado do Ceará, ~~pois a punição seria para os municípios, mas afetaria direta e~~
245 ~~principalmente aos agricultores~~. O Sr. Aloísio Melo comentou a respeito da
246 proposta do Sr. Klinger, ~~colocando duas observações, sendo a primeira de que~~
247 ~~haveria ponderando que, para alguns Estados, que não ~~haverá~~ eriam~~ tempo
248 ~~de para~~ remanejar suas cotas ~~nos e a segunda de que há~~ casos em que ~~os~~
249 ~~estados não efetivam o total de cotas e, então, seria for~~ possível ~~e~~
250 ~~remanejamento das mesmas para o Estado do Ceará, o remanejamento será~~
251 ~~feito, se necessário~~. Manifestou-se o Sr. Jackson ~~villiam~~ a respeito da proposta em
252 questão, levantando uma outra possibilidade, a de reduzir-se ~~o valor do~~
253 ~~benefício de quinhentos e cinqüenta reais por família para quinhentos reais por~~
254 ~~família, o que permitiria de 550 para 500, e o valor do aporte e com os 10% de~~
255 ~~redução~~, complementar o que faltava ~~va~~ para o Estado do Ceará. Manifestou-se o
256 Sr. Carlos Matos informando aos presentes que a questão orçamentária para o
257 Estado do Ceará ~~estaria~~ ~~protegida~~ ~~garantida~~ e que a inadimplência não seria o
258 maior problema, pois seria possível uma autorização de débito no Fundo de
259 Participação dos Municípios. Manifestou-se a Sr^a Maria Luiza demonstrando-se
260 completamente contra a retomada da discussão a respeito da redução do
261 valor do benefício. Sr. Aloísio colocou em votação duas propostas, sendo uma o
262 remanejamento de cotas entre os estados para beneficiar o Estado do Ceará,
263 proposto pelo Sr. Klinger, e a outra a redução do valor do benefício. Antes de
264 dar prosseguimento à votação, passou a palavra ao Sr. Natal, que se colocou a
265 favor do remanejamento e contra a redução do valor do benefício. Manifestou-
266 se o Sr. Antonio Ronaldo, falando a respeito da convergência entre os prazos dos
267 ~~E~~ estados e questionando ~~se~~ o programa seria viabilizado caso o prazo do
268 Ceará já tivesse passado quando um outro ~~E~~ estado soubesse que houve sobra
269 de suas cotas, ~~o que foi assegurado pelo~~ Sr. Aloísio ~~alegando que e~~
270 ~~e emitê~~ ~~assegurou~~ que a Secretaria de Agricultura Familiar ~~iria~~ ~~poderia~~
271 ~~acompanhar ao longo do período das~~ implementação nos Estados e fazer o
272 ~~remanejamento dentro do prazo do Estado do Ceará. ães e após tentou~~
273 ~~retomar a votação, quando foi interrompido pelo~~ Sr. Carlos Matos
274 ~~argumentado~~ ~~argumentou~~ que ~~per seu entendimento~~, o remanejamento
275 poderia ser feito não só entre os ~~e~~ Estados, mas, também, entre os municípios do
276 Estado do Ceará, ~~que teriam um número 'x' de adesão, mas efetivado um~~
277 ~~número menor, o que foi rebatido pelo sr. Aloísio Melo que se baseou nas regras~~
278 ~~de inscrição dos municípios no programa, sendo interrompido pelo Sr. Carlos a~~
279 ~~respeito de se trabalhar as datas de inscrição, seleção e adesão e então poder~~
280 ~~fazer o remanejamento proposto anteriormente. Quanto a isso, se manifestou e~~
281 ~~Sr. Aloísio considerando possível e~~ O Sr. Aloísio retomou ~~então~~ a votação ~~da~~
282 ~~proposta de remanejamento de cotas entre os Estados, que teve o voto~~
283 ~~favorável de dezesseis conselheiros. Foram a favor da proposta de~~
284 ~~remanejamento, com uma abstenção. Dessa forma, 16 (dezesseis) conselheiros.~~

285 ~~Houve 1 (uma) abstenção. Foi considerada~~ aprovada a proposta de
286 remanejamento de cotas entre os ~~e~~ Estados em benefício do Estado do Ceará,
287 ~~se necessário~~. Foi colocada em votação a segunda proposta, a de redução do
288 valor do benefício, ~~de R\$ 550,00 para R\$ 500,00~~, que teve ~~(1)~~ um voto a favor, ~~12~~
289 ~~(doze)~~ contra e ~~(1)~~ uma abstenção. Foi considerada rejeitada a segunda
290 proposta, ~~„a de redução do valor do benefício.~~ O Sr. Aloísio Melo relatou a
291 proposta do Sr. Luiz Otávio, que propôs no sentido que fosse feita a identificação
292 dos recursos necessários (recursos a serem cancelados/transpostos na
293 programação do MDA com base no valor máximo de adesões
294 necessárias/possíveis) a suplementação, por parte do MDA, e já encaminhados
295 ao MP/SOF para o futuro ajuste (assim que aprovado o projeto de Lei
296 Orçamentária para 2004), o que serviria, se assim analisar a Consultoria Jurídica
297 do MDA, como amparo para a autorização do Conselho sobre as efetivações
298 das adesões, ao Garantia Safra, que ultrapassarem o valor constante do Projeto
299 de Lei Orçamentária para 2004, ora em tramitação no Congresso Nacional. Isto
300 resguardaria o Conselho, atendendo o volume de garantias a serem prestadas,
301 conforme manifestação dos Estados, o aspecto temporal para as adesões em
302 alguns Estados (algumas adesões só são efetivadas após o segundo bimestre do
303 ano) e criaria condições jurídicas/financeiras para a execução do Garantia
304 Safra em 2004, sem prejudicar às futuras adesões que dependem de autorização
305 deste conselho. O Sr. Luiz Otávio terminou por solicitar o encaminhamento do
306 material da votação à Consultoria Jurídica, para manifestação sobre a
307 aprovação, por este Conselho, dos quantitativos de garantias serem prestadas
308 aos agricultores, sem a devida pré locação orçamentária, contando apenas
309 com o compromisso do MDA em encaminhar um crédito suplementar, conforme
310 Aviso 189/2003/MDA. ~~„e a retificação orçamentária conseqüente.~~ Após, passou
311 a palavra ao Sr. Márcio ~~Hertz-Watts~~, que solicitou a colocação em pauta da
312 questão de se ~~deixar livre, aos estados, a identificação de~~ incluir novas culturas e
313 ~~da perda de safrão Garantia-Safra, o que foi~~ reconhecido pelo Sr. Aloísio como
314 uma ~~informação proposta~~ importante, pois foram recebidas solicitações de dois
315 estados, Pernambuco e Ceará, de inclusão ~~de outras das~~ culturas ~~da mamona e~~
316 ~~do sorgo, para efeito de cobertura do Garantia Safra, o que foi tido como~~
317 ~~uma~~ Este relatou a dificuldade ~~por de isso~~ não estar regulamentado via Decreto
318 ~~e a inviabilidade de implementar a mudança na safra 2003/2004.~~ O Sr. Aloísio
319 ~~propôs~~ que ~~fosse uma essa nova~~ questão ~~fosse discutida n~~ para a próxima reunião
320 do Comitê. Foi proposto pela Srª Maria Luiza que houvesse, da parte do Ministério
321 da Integração Nacional, uma redução do tempo para ~~o reconhecimento e~~
322 ~~determinação~~ do 'estado de calamidade' ~~ou situação de emergência.~~ O Sr.
323 Aloísio ~~incluiu mais~~ propôs ~~„que~~ esse item ~~para fosseser~~ discutido na próxima
324 reunião, ~~bem como um novo informe sobre „e também~~ a questão da previsão
325 orçamentária de 2005. ~~Em seguida, encerrados os itens da pauta, foram~~
326 ~~acordados ajustes no „dando a seguir, continuidade ao ajuste de~~ calendário de
327 capacitação ~~dos municípios, „relatando as propostas: Ceará, de 17 a 22 de~~
328 ~~novembro; Minas Gerais, dias 20 e 21 de novembro; Pernambuco, primeira~~
329 ~~região, dias 25 e 26 de novembro e segunda região em janeiro; Piauí, dias 24 e 25~~
330 ~~e dias 27 e 28; Paraíba, dias 20 e 21 de novembro e dias 11 e 12 de dezembro;~~
331 ~~Rio Grande do Norte, a definir; Alagoas, Sergipe e Bahia, em janeiro.~~ Após a
332 assinatura da ata da reunião anterior pelos que nela estiveram presentes, Sr.

333 Aloísio deu por encerrada a reunião e agradeceu a participação e contribuição
334 de todos, determinando a lavratura desta Ata, que será ~~lida,~~ aprovada e
335 assinada na próxima reunião, com data a ser definida ~~pele~~
336 comitê oportunamente.

337

338

339

340

341

342

343

344

ALOÍSIO MELO

Presidente do Comitê Gestor do Fundo Garantia Safra

345

346

347

348

349		
350		
351	Ministério Planejamento Orçamento e Gestão	Ministério da Fazenda
352		
353		
354		
355		
356	Ministério da Agricultura	Casa Civil da Presidência da República
357		
358		
359		
360	Ministério da Integração Nacional	Ministério da Justiça
361		
362		
363		
364	ADENE	EMBRAPA
365		
366		
367		
368	CONTAG	Secretaria da Agricultura Familiar – SAF
369		
370		
371		
372	Caixa Econômica Federal	Estado do Ceará
373		
374		
375		
376	Estado do Rio Grande do Norte	Estado da Paraíba
377		
378		
379		
380	Estado de Pernambuco	Estado de Alagoas
381		
382		
383		
384	Estado de Sergipe	Estado de Minas Gerais
385		
386		
387		
388	Estado do Piauí	Estado da Bahia
389		
390		
391		
392		
393		
394		
395		
396		
397		

